

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE ARQUIVOS - CONEARQ. Aos doze dias do mês de março de dois mil e dois foi realizada, no auditório do prédio anexo da sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro, às quatorze horas, primeira reunião do Conselho Estadual de Arquivos, quando estiveram presentes os Conselheiros efetivos e suplentes, a seguir relacionados: FGV/CPDOC – Adelina Novaes e Cruz e Regina da Luz Moreira – Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO - Sônia Helena da Costa Kaminitz e Sérgio Conde de Albite Silva – Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário - Katia da Matta Pinheiro e Ana Leticia Pereira de Andrade - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Maria Luiza de Almeida Santos e Márcio Ronaldo Leitão Teixeira - Associação Universitária de História – ANPUH (UERJ) Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira – Universidade Federal Fluminense – Maria Odila Kahl Fonseca e Gláucia da Rocha Figueiredo Amaral – Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ – Maria Izabel de Oliveira e Carlos Augusto Silva Ditadi – Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB – Jeane da Mota Macedo e Maria Luiza Ferreira Lodi – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ - Francisco Alfredo Monte Viana Pires e Lícia Carvalho Medeiros – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – Cezar Teixeira Honorato e Max Kaplan. A Diretora-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, Jessie Jane Vieira de Souza, deu início à reunião consultando os presentes sobre a opção de prioridade quanto à discussão dos temas: Leitura e Avaliação do Regimento do CONEARQ ou Apresentação dos resultados do censo que constitui o Guia de Fundos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro. Ao optarem pela apresentação do Guia de Fundos, Jessie Jane convidou a professora Célia Costa para expor o trabalho realizado. Por meio de projeção de transparências, foram detalhadas todas as etapas do Projeto e as fases já concluídas. Financiado pela FAPERJ, o Projeto tem por objetivo subsidiar o APERJ com informações sobre a realidade política do Estado do Rio de Janeiro quanto ao recolhimento de documentos acumulados pelas secretarias. O texto original está em fase de editoração, prevista sua edição em três ou quatro volumes. Produtos previstos: o “Guia de Fundos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro” e a “Base Censo de Arquivos Brasileiros Públicos e Privados”, financiada pelo governo espanhol. A representante do CONARQ – Maria Izabel de Oliveira mencionou os esforços do Arquivo Nacional voltados para a consecução do censo.

A Coordenação do Projeto relativo ao Rio de Janeiro coube a Célia Costa e a Margareth da Silva – assessora técnica do APERJ – e contou com o apoio de 6 bolsistas. Foram analisadas quatro secretarias do Estado: Justiça e Direitos Humanos, Cultura, Segurança Pública (parcial) e Ciência e Tecnologia (parcial). A coleta dos dados foi dificultada devido à indisponibilidade de acesso à documentação relativa à segurança pública, na Secretaria de Segurança Pública, e à impossibilidade de incluir a UERJ no processo, devido à extensão e complexidade da documentação. Foram preparados dois formulários distintos, um para instituições arquivísticas e outro para as instituições não arquivísticas. Até o momento foram cadastradas 128 instituições. O diagnóstico da situação encontrada, como esperado, reflete de maneira geral a precariedade de todo o conjunto documental. Ressaltou que a situação do complexo penitenciário é gravíssima. Quando se trata de armazenamento e acondicionamento, os arquivos correntes apresentam um quadro razoável, muito ao contrário dos arquivos permanentes. Salvo algumas raras exceções, não há microfilmagem, nem informática e o tratamento arquivístico é regido pelo bom senso dos profissionais sem formação técnica específica. Como resultado final, Célia preparou para o APERJ uma lista de prioridades de recolhimento, fazendo uma seleção de interesse para a administração. Maria Odila – UFF – observou que para o governo é menos oneroso manter a infra-estrutura dos arquivos intermediários, pois o investimento em tratamento da documentação permanente é muito alto. Ainda assim, é necessário que o governo procure investir nesse setor. Caso contrário, não se consegue implantar um sistema de Gestão. Maria Odila chamou a atenção para os resultados apresentados nos formulários, que demonstram total descontrole da situação, uma vez que o governo está acumulando documentação desnecessariamente. Maria Izabel informou que a segunda fase do Projeto do CONARQ contará com apenas um modelo de formulário e que a base de dados contemplará todos os dados, ficando alguns deles liberados, apenas, para o Arquivo Nacional. Concluída a apresentação de Célia Costa, Jessie Jane propôs a discussão e aprovação do Regimento Interno do CONEARQ. A professora Ismênia – Presidente da Associação Cultural e do Conselho Editorial Multidisciplinar do APERJ - lembrou que este é um Conselho técnico, e, como tal, pode incorporar representantes da sociedade civil, a exemplo das associações de moradores. Carlos Augusto – CONARQ – lembrou que o Conselho da França abre seus quadros para pessoas da sociedade civil. Célia Costa

observou que estas são indicações políticas e propôs que a sociedade seja representada no CONEARQ através dos usuários do APERJ. Jessie Jane sugeriu a indicação da professora Ismênia como representante do corpo acadêmico. Explicou, ainda, que, das treze cadeiras previstas no total, duas estão vagas. Assim, submeteu a proposta aos presentes, que concordaram que, além do usuário do APERJ, o Conselho também esteja representado pelo cidadão comum e pelo setor acadêmico. Maria Odila considera prudente, de início, indicar as pessoas que integrarão o Conselho, apenas a título de experiência, sem formalização no Regimento. Retornando a análise do documento, chamou atenção para a necessidade de substituir no Artigo 2º, parágrafo I “... acesso os documentos arquivísticos”, por “... acesso aos documentos ...”

Max – Secretaria de Ciência e Tecnologia – sugeriu o acréscimo no Parágrafo VIII, do Art. 2º, de uma expressão que estimule os arquivos municipais. Jessie Jane esclareceu que a tentativa de implantar a cartilha que preparou para divulgar os cuidados exigidos para a manutenção dos arquivos esbarra na falta de recursos do APERJ para ajudar as prefeituras. Ismênia ressaltou que os arquivos tão trazem dividendos políticos, mas se houvesse esse tipo de investimento, as realizações seriam muitas. Carlos Augusto considera a Lei de Responsabilidade Fiscal muito importante, pois, somada à administração de recursos municipais, investe no treinamento dos administradores desses setores, incluindo arquivos. Quando são feitas obras, há uma preocupação em preparar os gestores do projeto para organizar a documentação. Ismênia concordou e acrescentou que é preciso criar um documento instrumental para que os prefeitos se conscientizem das técnicas de projetos, a exemplo da Cartilha. Maria Odila acha que não há necessidade de se criar um arquivo, como instituição, em cidades muito pequenas. Basta criar uma unidade que represente o Arquivo em uma instituição daquela cidade. Célia Costa propôs o entendimento com a UESC (Santa Cruz – BA). Jessie Jane considera oportuna a criação de uma comissão para o estudo dos arquivos municipais. Maria Izabel chamou a atenção para a divergência entre os prazos estipulados para a realização das reuniões ordinárias do Conselho, a saber: no Decreto de criação do CONEARQ, a periodicidade é quadrimestral, e no Regimento, o prazo para as realização das reuniões ordinárias é de três meses. Corrigida a discrepância das informações, ficou estipulado o prazo de quatro meses para as reuniões em referência. Jessie Jane sugeriu realizar uma reunião extraordinária. Justificou que a questão legislativa

vem criando muitas dificuldades na gestão institucional. O APERJ não tem um dispositivo legal para regê-lo. Por sugestão de José Maria Jardim e de Jaime Antunes, achou interessante pensar uma Lei Estadual de Arquivos formalizada através da Assembléia Legislativa, que instrumentalize o APERJ. Jeane da Mota Macedo – AAB – disse que existem algumas leis relacionadas com arquivos de várias secretarias e outras leis novas que poderiam ser pesquisadas. Jessie Jane esclareceu que o APERJ já tem essa pesquisa pronta. Jessie considera importante criar a figura das Resoluções. Maria Izabel propôs a criação das câmaras setoriais. Carlos Augusto explicou que as câmaras atuam mais em âmbito nacional. Tratam de temas específicos que contam com representantes estaduais. As propostas de alterações foram submetidas aos presentes e o Regimento aprovado. Jessie Jane sugeriu a data de vinte e três de abril para a realização da reunião extraordinária, às quatorze horas, na sede do APERJ, com a seguinte pauta: - criação de câmara técnica para preparar ações de política de arquivos municipais; - criação de comissão especial para propor a Lei Estadual de Arquivos, a ser apresentada até o final do ano. Sugeriu, ainda, o registro de um *link* para o CONEARQ no *site* do APERJ. Além disso, mostrou o modelo de folder a ser adotado pelo CONEARQ – aprovado, na ocasião. Lícia – APERJ – secretária da presente reunião, ficou de enviar por *e-mail* texto do folder para todos os Conselheiros, assim como uma relação com dados básicos de cada um dos Conselheiros, a pedido de Adelina – CPDOC. Para encerrar a reunião do Conselho, procedeu-se à votação para escolha da logomarca que representará o CONEARQ. O modelo escolhido, dentre os três apresentados, recebeu sete votos. Jessie Jane encerrou a primeira reunião do Conselho Estadual de Arquivos, cuja ata foi por mim lavrada e assinada. Rio de Janeiro, doze de março de dois mil e dois. Lícia Carvalho Medeiros